



Representantes da CNseg, da Câmara dos Deputados e do governo federal debatem sobre seguros e regulação no poder público. Divulgação.

A paralização do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, após as enchentes do ano passado no Rio Grande do Sul, virou um alerta nacional sobre a importância de repensar contratos de concessão e incluir o seguro de forma mais efetiva no planejamento de infraestruturas. O diagnóstico foi feito por Helena Venceslau, diretora de Assuntos Econômicos da Secretaria Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), durante o painel “Desafios legislativo, executivo e regulatórios para enfrentamento das mudanças climáticas”, realizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) em 22 de agosto, no Rio de Janeiro, dentro do [**3º Workshop de Seguros para Jornalistas**](#).

Helena lembrou que a apólice contratada previa cerca de R\$ 240 milhões em cobertura, mas o prejuízo ultrapassou R\$ 1 bilhão. “A grande pergunta é: quem paga essa diferença? No fim, sobrou para o governo”, afirmou. Para ela, o episódio revelou falhas graves na matriz de risco do contrato de concessão. “Com um investimento preventivo de R\$ 100 milhões em obras de adaptação, teríamos evitado um prejuízo bilionário. O seguro precisa estar na mesa das agências reguladoras, como ferramenta estratégica e não apenas uma formalidade contratual”, completou.

O peso da conta climática

O moderador do painel, Alexandre Leal, diretor técnico de Estudos e Relações Regulatórias da CNseg, reforçou a dimensão do problema. No caso das enchentes gaúchas, as perdas econômicas chegaram a R\$ 100 bilhões, mas apenas R\$ 6 a 7 bilhões estavam segurados. “A conta é alta e recai sobre toda a sociedade, sobretudo sobre os mais vulneráveis”, destacou.

Seguro como política pública

No Congresso, a preocupação também está presente. O deputado federal Fernando Monteiro (Republicanos-PE) defendeu a criação de um seguro catástrofe de abrangência nacional, de contratação simplificada, como já ocorre em países como Chile e Japão. “Precisamos abandonar a cultura de que tudo é responsabilidade do governo. O seguro é uma ferramenta social que pode garantir indenizações rápidas e aliviar o peso fiscal em momentos de crise”, afirmou.

Seguro e desenvolvimento sustentável

O subsecretário de Regulação Financeira do Ministério da Fazenda, Vinicius Ratton Brandi, destacou que não há como pensar em desenvolvimento sustentável sem a participação ativa do setor de seguros. “O seguro dá segurança para famílias protegerem suas casas e empreendedores arriscarem em novos negócios. Já as empresas podem investir em projetos de longo prazo sabendo que terão respaldo caso algo saia do previsto”, explicou.

Ele ressaltou ainda o papel das seguradoras como investidores institucionais, com ativos próximos a R\$ 2 trilhões aplicados na economia. “É uma parcela relevante da poupança doméstica, que pode e deve ser direcionada a iniciativas sustentáveis. O seguro não é só um amortecedor de perdas, mas também um motor de transformação para um país mais preparado”, afirmou.

O desafio do gap de cobertura

Participando de forma on-line, Diogo Ornellas Geraldo, da Susep, alertou para o enorme gap de cobertura no Brasil, superior a 90% em casos de desastres climáticos. “No Rio Grande do Sul, apenas uma fração mínima das perdas estava segura. Precisamos ampliar o acesso ao seguro, especialmente para segmentos mais vulneráveis, como famílias, pequenos negócios e produtores

rurais”, disse.

Segundo ele, inovações como o seguro paramétrico podem ajudar a acelerar indenizações, trazendo maior previsibilidade e eficiência em situações de crise.

Convergência de alertas

O painel mostrou um consenso entre Executivo, Legislativo e setor segurador: o Brasil precisa fortalecer a cultura de prevenção e expandir o acesso ao seguro. O caso do aeroporto de Porto Alegre, lembrado por Helena Venceslau, cristalizou o risco de manter contratos frágeis e de subestimar o papel da proteção securitária.

“Investir em prevenção reduz o custo da indenização e facilita o acesso ao seguro. É uma escolha que precisamos fazer como país”, resumiu Alexandre Leal, encerrando o debate.

Fonte: CNseg, em 27.08.2025.